



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
QUINQUAGÉSSIMA SEGUNDA LEGISLATURA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 27 E 28 DE JANEIRO DE 2004.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 1ª reunião ordinária da 3ª Sessão Legislativa extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação de matéria constante das pautas 1 e 2, de 2004.

Não há número regimental para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, parece que há número, até mesmo pela presença dos Parlamentares que agora chegaram, para a abertura da sessão, não para a deliberação.

Faço uso da palavra em dois sentidos: o primeiro é para fazer uma pergunta a V.Exa. a respeito da interpretação do Regimento: a leitura do relatório do PPA não poderia ser feita com o número de Parlamentares que temos aqui, mesmo que seja insuficiente para deliberação? Assim, Sr. Presidente, poderíamos avançar nesse processo, que é lento.

O Congresso Nacional está em convocação extraordinária, e este um dos pontos que a Nação espera, até porque é a única questão que esta Comissão Mista ficou devendo ao País.

Sabemos das dificuldades, mas muitos podem não saber. Tivemos que limpar a pauta no final do ano, com dezenas de projetos de leis de crédito suplementar, créditos extraordinários. Fizemos um esforço tremendo para resolver problemas políticos pendentes da maior importância, a exemplo do próprio parecer prévio ? uma disputa entre Senado e Câmara ? , e depois votamos o Orçamento. Tivemos uma pauta intensa e um resultado extremamente positivo. Fizemos bem em, num acerto político entre nós mesmos, não votarmos o PPA, mas já temos a participação do Senador Saturnino, na condição de Relator, fazendo os ajustes do PPA com o Orçamento anual ao longo da elaboração desta peça legislativa.

Sr. Presidente, com esta convocação, parece-me que seria do interesse geral da Oposição, da Situação, dos independentes, enfim, de todos, que avançássemos nos procedimentos.

Pergunto: se houver consenso por parte da Comissão, não poderíamos avançar na leitura do relatório do PPA, que é prolongada, demorada?

Enquanto V.Exa. estuda o assunto com a Assessoria, passo ao segundo tópico.

Sr. Presidente, eu não poderia perder a oportunidade de usar o microfone para fazer uma saudação ao Líder do Governo nesta Casa, a quem tive o prazer de servir como Vice-Líder, Senador Amir Lando, que foi, em boa hora, chamado pelo Governo para assumir a Pasta da Previdência Social.

Da mesma forma, como estivemos ao lado de S.Exa. ajudando-o em todos esses procedimentos que temos aqui, esperamos poder contribuir também para o sucesso dessa importantíssima Pasta, que, eu diria, se assemelha ao Itamaraty, porque é quase de Estado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Previdência não é de um Governo; ela ultrapassa os Governos, é um patrimônio do trabalhador, um patrimônio da Nação. Quem assume essa Pasta tem uma função que transcende o seu tempo.

Esse novo Ministro, nosso amigo e companheiro Senador Amir Lando, tem essa dimensão histórica, pois é uma pessoa talhada para o cargo, e tenho certeza de que terá nesta Casa e nesta Comissão companheiros que o ajudarão nessa difícil tarefa.

Fica, portanto, registrada a minha saudação ao nosso novo Ministro, ex-Líder de Governo, a quem servi na condição de Vice-Líder, desejando pleno sucesso nessa difícil tarefa.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. um esforço na interpretação regimental, o que me parece possível, para que possamos avançar pelo menos na leitura do relatório do Plano Plurianual.

(Não identificado) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Responderei à questão do Deputado Virgílio Guimarães; logo em seguida darei a palavra a V.Exa.

O Deputado Virgílio Guimarães, Líder da bancada do PT nesta Comissão, sugere à Mesa a leitura do relatório do PPA, em face da necessidade de aprovação do documento o mais rápido possível. No entanto, tropeçamos aqui em um problema inerente ao processo legislativo: a apresentação, discussão e votação de qualquer matéria devem ser feitas apenas na Ordem do Dia, e para a abertura da mesma deve haver no livro de assinaturas, pelo menos, a assinatura de 33 Deputados e 12 Senadores.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, pediria que verificasse o livro, porque acho que esse número foi alcançado neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos ver.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - Sr. Presidente, desejo abordar brevemente uma questão, até fazendo coro com o que Deputado Virgílio Guimarães disse.

Infelizmente, parece-me que não há *quorum* que possa atender ao Regimento, mas acho que o Deputado Virgílio Guimarães tem razão. Estamos em convocação extraordinária, e esse é um dos itens da pauta.

O Congresso Nacional já vem sofrendo um desgaste muito grande em razão desta convocação. Portanto, creio que seria bom para esta Casa se pudéssemos avançar nessa direção. Tenho certeza de que, assim procedendo, estaríamos colaborando muito para que a imagem do Congresso não fosse essa que, infelizmente, tem-se passado para a sociedade. Um grande número de Parlamentares dos mais diversos partidos parecem concordar com essa votação.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para registrar a certeza que tenho de que o nosso Relator, Senador Saturnino Braga, pelo Estado do Rio de Janeiro, que tanto nos orgulha, na apresentação do seu relatório do PPA, certamente tratará de uma questão gravíssima que está acontecendo em nosso Estado, o Rio de Janeiro, muito maltratado ultimamente pelo Governo nos últimos tempos. Refiro-me, Sr. Presidente, à questão da refinaria no Rio de Janeiro. Há um acordo, inclusive com a bancada do Nordeste, no sentido de que se encontre uma saída para que o Rio de Janeiro possa ter garantida sua refinaria. Nada mais justo, nada mais correto.

Li uma declaração da Governadora Rosinha, em que S.Exa. dizia: *Podem tirar tudo do Rio de Janeiro, mas o mar não dá para deslocar.*

Dentre as maldades do Governo do PT contra o Rio de Janeiro, temos convicção de que o Senador e Relator do PT, representante do Rio de Janeiro, atenderá aos interesses desse Estado nessa questão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Darei a palavra, pela ordem, ao Deputado Pauderney Avelino.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Antes, responderei à questão apresentada pelo nobre Deputado Virgílio. Deputado, no livro há a assinatura de 30 Deputados e de 4 Senadores. Numa concessão especial, conversaremos mais um pouco enquanto aguardamos a chegada de mais Deputados.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, saúdo os companheiros que retornam ao convívio e ao trabalho desta Comissão. Somos muito sensíveis ao apelo do Líder Virgílio Guimarães, mas entendemos que a questão do PPA não se cinge apenas a darmos uma satisfação à opinião pública nacional, pois o PPA é anterior à convocação extraordinária.

A bem da verdade, a convocação extraordinária do Congresso Nacional não diz respeito a nós, da Oposição, mas ao Presidente da República, à Presidência do Congresso Nacional e seus Presidentes na Câmara e no Senado.

Sr. Presidente, gostaria que houvesse *quorum* para que pudéssemos começar a discussão desta matéria. Percebo, no entanto, que, mesmo havendo número, não teremos condições de discutir uma matéria previamente negociada. O Relator, o Governo e nós tínhamos o compromisso de apresentar um relatório diferente do apresentado pelo Senador Roberto Saturnino Braga. Ou seja, os projetos e ações que descem a um nível de detalhamento tal que nunca vimos antes. Este é o principal problema deste PPA.

Temos portanto que voltar à mesa de negociação para que possamos refazer o que foi proposto pelo Senador Roberto Saturnino Braga, porque não podemos ficar com um PPA que é um orçamento para 4 anos. Não há a menor condição de nós, da Oposição ? o PFL e, acredito, os demais partidos da Oposição ? , aceitarmos esse "orçamentão" de 4 anos, pois a Lei Orçamentária Anual ficará refém deste PPA.

O objeto desta reunião não guarda a mesma similaridade do que foi negociado antes de se votar a Lei Orçamentária Anual, no final do ano passado.

Sugiro, portanto, às Lideranças do Governo e da Oposição, que retomem as negociações para podermos destravar e avançar na discussão e votação deste Plano Plurianual.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, Senadores e Deputados, já se passaram 30 minutos do início da convocação. Portanto, V.Exa. pode suspender a reunião, preservando as atuais assinaturas para uma nova oportunidade, quando daremos seqüência a este trabalho, sem perder as que foram apostas no livro.

Estamos aqui não apenas para referendar esta peça, que tem extrema relevância e que realmente dará o azimute do que ocorrerá prioritariamente no País nos próximos anos — mais do que 1 ano —, pois é um trabalho plurianual. Ela dá um rumo ? ou pelo menos deveria dar ? , e não pode conflitar com a LDO, como é o caso da versão anterior. Temos a expectativa de receber a publicação da errata. Sem a sua distribuição, será muito difícil fazer sua leitura, como foi proposto. Torna-se algo surrealista, pois imaginamos que vamos acompanhar milimetricamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, que errata?

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Não há uma nova versão em gestação?

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Não, nobre Deputado, há um adendo ao parecer que abre alternativa à proposta inicial de redução do superávit. Por conseguinte, há um adendo ao parecer. Não é uma errata, porque não substitui a anterior, mas abre opção para que a Comissão decida.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - E esse adendo será distribuído em curto espaço de tempo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Já foi distribuído no final do ano passado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Já está à disposição dos Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Já.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Perfeito. Muito bem.

Também queremos saber quais são os graus de liberdade que ainda temos para conciliar esse trabalho de extrema relevância com a LDO e com aqueles objetivos que vêm sendo propostos, de público, pelo Presidente da República, pelo Ministro, no Brasil e no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, temos o poder de fazer e de desfazer. Este é o poder da Comissão. Agora, a idéia da Presidência da Mesa seria proceder à leitura do relatório e a seguir, na quinta-feira pela manhã, antes da sessão ordinária, fazer uma reunião de Líderes para discutir vários assuntos — isso se houvesse *quorum* para abertura desta sessão. Aliás, para abertura há *quorum*. Mas a idéia é fazer com que — e essa idéia também é a do Relator, que sugere alternativas — esse documento sirva efetivamente de roteiro para o futuro, a fim de que não fiquemos engessados na questão orçamentária dos anos vindouros. Esta é a nossa posição.

Com a palavra o Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO MACHADO - Saúdo o Sr. Presidente, o Sr. Relator e todos os companheiros pelo retorno aos trabalhos.

Sr. Presidente, V.Exa disse muito bem que sua decisão tem de ser baseada no Regimento e a leitura do relatório do substitutivo do Relator só pode ser iniciada no início da Ordem do Dia. É claro que gostaríamos que houvesse *quorum*, mas me parece que hoje ele não se atingirá.

Temos algumas preocupações e queremos levantar algumas para reflexão do Relator, porque esta lei tem uma particularidade que me chamou atenção sobremodo. Todos os artigos da lei encaminhados a esta Comissão foram alterados pelo Relator. Todos! Eu acho que é a primeira vez que isso acontece, e estou absolutamente convicto de que o Relator o fez com autoridade, competência, desprendimento e espírito público. Repito: todos os artigos da lei foram alterados. Nenhum artigo originário, que veio do Governo, foi aproveitado. Todos sofreram alterações.

Há alguns detalhes, no entanto, que já foram destacados pelo Deputado Pauderney Avelino. O PPA traz detalhamentos típicos de uma lei orçamentária. Discutimos em várias reuniões de coordenadores de bancada a idéia de agregar ações, funções — funções de V.Exa. —, e chegamos a definir que o projeto do PPA deveria ter um valor superior a 10 milhões de reais. Cogitamos isso e me parece que não foi possível se chegar a esse fato.

Outro assunto. O art. 1º do Anexo V contém uma impropriedade que a Assessoria do PFL considera gravíssima, ou seja, o fato de V.Exa. não considerar parte integrante do PPA as ações financiadas com recursos não-orçamentários. Detectamos que isso pode criar grande confusão com a lei que tramita na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, quanto à Parceria Público-Privada.

São assuntos que queremos trazer à discussão, entre outros, porque entendemos que se trata de uma lei de grande complexidade, e os 2 volumes já demonstram isso ? é muito papel, muito recurso.

Recentemente V.Exa. fez um adendo ao relatório suplementando algumas dotações para garantir que a partir do próximo ano, ou seja, a partir de 2005, haverá um ganho real no Orçamento de 3,5%. Isso me preocupa também.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu já disse que o Governo Federal está tratando o salário mínimo com desdém. O Presidente da República garantiu que em seu Governo — não sei se seu mandato será de 4 ou de 8 anos, mas trabalharei para que seja de 4 anos — o ganho real do salário mínimo seria de 100%. O que aconteceu em 2003? Ficou próximo de zero. E agora, em 2004? Ficou próximo de zero ou zero. Há certo pendor da equipe econômica do Governo Lula pelo número zero. É impressionante! O número zero tem suas características. Primeiro, é o único número natural que é divisível por todos os outros, menos por ele mesmo. Se se tem um zero, distribui-se com todos e ainda sobra zero. Deve ser por aí que a equipe econômica está explicando esse pendor pelo número zero.

Essa questão do salário mínimo, então, deve ser tratada com mais vontade, porque o ganho real do salário mínimo ficou próximo do zero. Este ano, zero; 2005, 3,5%; 2006, 3,5%. Se imaginarmos o Presidente Lula no Governo por 8 anos, o salário mínimo não terá um ganho real próximo de 25% a 30%.

Sr. Presidente, a questão da Parceria Público-Privada é grave ? e aqui registro este meu alerta. As minhas razões podem não ser justificadas, mas que elas sirvam para V.Exa. refletir um pouco. Grave essa questão do nível de detalhamento do PPA. Poderíamos até mudar, em vez de PPA, tratarmos dos Orçamentos de 2004, 2005, 2006 e 2007.

Veja que estou ajudando o Governo, porque estou falando há mais de 5 minutos para ver se o número de assinaturas aumenta. Como parece que isso não vai acontecer, não resta outra alternativa a V.Exa. a não ser suspender a sessão e convocar outra para amanhã, talvez.

Para finalizar, desejo ao nosso companheiro da Comissão, ex-Líder do Governo, Senador Amir Lando, um bom trabalho à frente de um Ministério que sabemos é muito complicado. Naturalmente, com seu talento, desprendimento e espírito público, S.Exa. fará um excelente trabalho frente àquela Pasta.

Quem sabe o Governo resolva convidar aquele que foi seu Vice-Líder, aquele que o ajudou muito nesta Comissão para ocupar e fazer, a partir de agora, o papel de Líder do Governo no Congresso?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, não quero fazer o debate hoje, mas adiantar alguns pontos importantes no relatório apresentado, numa demonstração quanto à preocupação e à visão que o Senador Roberto Saturnino tem e já fazendo a adequação ao Orçamento, já votado, mas que precisa ser corrigido.

Na área da Educação, não vamos conseguir pagar todo o déficit do FUNDEF ? mais de 8 bilhões de reais ? , mas, segundo o Relator, a partir de agora não haverá mais perda, porque começa um processo de recuperação. É verdade que no primeiro e no segundo anos a recuperação será pequena, mas já será maior no terceiro e quarto anos, o que demonstra nossa preocupação com a educação básica brasileira.

Ressalto a importância deste relatório no que diz respeito a esse ponto específico da educação, porque era um problema que vínhamos tendo e denunciando há muito tempo. Vários Prefeitos, inclusive o de Sergipe, entraram com ações na Justiça para receber os recursos atrasados do FUNDEF.

Sou também favorável ao processo que S.Exa. apresenta de diminuição do superávit ao longo dos 4 anos. Essa é uma sinalização importantíssima de que, de fato, priorizaremos o crescimento econômico. A votação dessa redução, com responsabilidade e critério apresentados por V.Exa. nos dá a certeza de que continuaremos no caminho correto, para o qual o País já aponta, o caminho do crescimento, como demonstram os



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

números do superávit na balança deste mês e uma série de outros mecanismos que temos colocado.

Parabéns, Relator Roberto Saturnino!

Na fase final do debate, farei uma exposição mais completa do relatório, que fiz questão de acompanhar e ler, porque é fundamental a sinalização que estamos dando ao País quanto ao crescimento nas áreas sociais ? saúde e, em especial, educação, área em que trabalho um pouco mais.

Cumprimento V.Exa., Sr. Relator, e mais uma vez faço um apelo para que votemos este relatório nesta convocação extraordinária. Como muito bem disse o Deputado Virgílio Guimarães, fizemos um enorme esforço no final do ano, mas ficamos devendo esse ponto, que, acredito, cumpriremos nesta convocação, ou seja, dotar o País deste plano para os próximos 4 anos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em face do que já foi exposto e nas suas fundadas discussões, convoco reunião para amanhã, às 14h, dos Coordenadores e Líderes de bancada, e, às 15h, para continuação desta sessão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço atenção aos Srs. Líderes para o seguinte: algumas questões relativas ao Orçamento de 2004 tiveram problemas na publicação e devem sofrer retificação.

Fui informado de que o Presidente do Senado Federal, José Sarney, convocou uma sessão do Congresso Nacional para hoje, às 18h, para votar essa errata da publicação da Lei de Orçamento Anual — LOA. Os Líderes dos partidos aqui presentes, se houver dúvidas, podem se dirigir à Assessoria do Orçamento ? são correções absolutamente técnicas. A Assessoria da Casa tem todo o material organizado, que se encontra à disposição de todos.

Estou fazendo este anúncio e este apelo para que os Srs. Líderes cheguem à sessão do Congresso com as informações adequadas e as dúvidas sanadas, para, se possível, votarmos ainda hoje. O Dr. Eugênio e toda a sua equipe já têm todo esse material organizado. E como não se trata de nenhuma alteração de mérito, de substância ? e aproveitando a presença do Líder Pauderney Avelino ? , poderíamos analisar essa questão para chegarmos à sessão de hoje, às 18h, com esse assunto resolvido.

Trata-se apenas de uma errata, Sr. Presidente. Quem quiser pode se dirigir à Assessoria para obter maiores informações.

Repito: o Presidente José Sarney, Deputado Pauderney Avelino, convocou sessão do Congresso Nacional para hoje, às 18h, para analisarmos ? apenas uma questão de formalidade ? uma pequena errata a respeito do que foi publicado, não sei se ontem ou anteontem, na Lei do Orçamento Anual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado Virgílio Guimarães, a errata foi encaminhada na semana passada ao Congresso. E a sessão do Congresso está marcada para hoje, às 19h, no plenário do Senado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Peço desculpas pela informação equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Convoco, portanto, os Coordenadores de bancada e os Líderes para estarem amanhã, às 14h, no gabinete da Presidência, e, às 15h, na reunião no plenário, para procedermos à leitura e à discussão do relatório do PPA.

Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa).



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Declaro reiniciada a 1ª reunião ordinária da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada a apreciar as matérias da pauta I e II de 2004.

Não há número regimental para deliberação.

Convoco nova reunião para terça-feira, dia 3 de fevereiro, às 14h30min.

Está encerrada a presente reunião.